

Relatório de Administração Dezembro de 2016

Mensagem do Diretor-Presidente: No ambiente desafiador da economia Brasileira, o Banco Caixa Geral - Brasil manteve uma atuação conservadora, notadamente na evolução de sua carteira de crédito (redução da exposição às empresas de infraestruturas e às empresas cujo desempenho dependa de forma mais direta da economia Brasileira). Nesse sentido, o BCG - Brasil focou a sua atividade creditícia no apoio a empresas portuguesas e a setores pouco dependentes do consumo interno. As atividades de Tesouraria tiveram forte participação nos resultados, com destaque para as operações com clientes e de "cash management", portanto com baixa exposição a riscos de mercado. No geral, o Banco continuou a focar a sua atuação na rentabilidade operacional com especial enfoque no controle de custos. O Banco também continua a investir em Pessoas Físicas, de forma a reforçar o relacionamento com a comunidade local. Este fortalecimento foi feito através de um aumento da equipe comercial, da oferta de produtos mais estruturada e de uma aproximação às comunidades portuguesas no Brasil - especificamente em São Paulo. Este negócio, de elevado potencial, é fundamental para consolidar a percepção do Banco Caixa Geral - Brasil como um Banco de Raiz Portuguesa e para fortalecer o Balanço do Banco, aproveitando a credibilidade do Grupo Caixa Geral de Depósitos nesta comunidade. Na atividade de Corretagem, as receitas médias diárias da Corretora Rico, no exercício de 2016, continuaram a apresentar uma evolução positiva. O resultado da CGD Corretora passou a ter uma contribuição positiva para os Resultados consolidados do Banco, fruto da redução dos custos recorrentes e do reconhecimento de 51% do resultado líquido obtido pela Rico. No dia 29 de novembro de 2016, foi formalizada a venda da Rico à XP. A concretização da transação depende da aprovação do Banco Central do Brasil. Em resumo, o Banco está: • aumentando a sua rentabilidade operacional; • desinvestindo de atividades que não fazem parte de seu "core business";

• posicionando-se como um Banco de Raiz Portuguesa. **Aspectos mais Relevantes de 2016: Relativamente à atividade individual do Banco, excluído os efeitos da sua participada CGD Investimentos:** • A carteira de crédito, incluindo garantias e títulos de crédito privado, totalizou um valor de R\$1,12 bilhão em 31 de Dezembro de 2016, uma queda de 21% quando comparada com 31 de Dezembro de 2015. • Durante 2016 observou-se a redução da concentração na carteira de crédito, crescimento em setores menos correlacionados com a retração econômica e o fortalecimento da atividade com empresas de Raiz Portuguesa. A carteira de operações de crédito no balanço totalizava R\$628 milhões no final do ano de 2016. • A captação de recursos de terceiros encerrou 2016 com R\$1,65 bilhão, um crescimento de 9% quando comparado com 31 de Dezembro de 2015. • As receitas da atividade bancária apresentaram uma evolução positiva em 2016. Quando comparadas com os anos de 2014 e 2015 as receitas apresentaram um crescimento de 16% e 8%, respectivamente. • Os custos da atividade bancária em 2016 tiveram uma redução de 1,3% quando comparados com o ano de 2015. Relembrar que nos últimos 12 meses a inflação acumulada foi de 6,3%. O indicador "Cost-to-Income" foi de 54% em 2016 versus 58% em 2015 e 65% em 2014. • O resultado operacional no ano foi positivo em R\$48,2 milhões. Este valor representa uma melhoria de R\$7,9 milhões quando comparado com o ano de 2015 e um aumento de R\$17 milhões quando comparado com 2014. • As provisões realizadas têm como objetivo proteger o Banco de possíveis impactos decorrentes da atividade econômica atual. O total de provisões para crédito foi de R\$27,1 milhões em 2016 versus R\$81,8 milhões em 2015. • O resultado líquido da atividade bancária foi então positivo em R\$8,9 milhões versus um resultado negativo de R\$24,4 milhões no exercício de 2015. **No que se refere à atividade da Corretora CGD Investimentos (detida a 50% pelo**

BCG-Brasil): • Em Julho de 2014 a CGD Investimentos anunciou a fusão da sua atividade de Homebroker com a Corretora Rico. No final de 2014 a Corretora anunciou o encerramento das suas atividades de corretagem institucional, que teve lugar em Fevereiro de 2015. Em novembro de 2016, foi formalizada a venda da Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários à XP Investimentos. Negócio pendente de aprovação pelo Banco Central do Brasil. • No exercício de 2016, a Corretora, embora ainda tivesse custos inerentes ao encerramento das suas atividades, apresentou resultado positivo, fruto do esforço empregado para a contenção dos custos recorrentes e do reconhecimento de 51% do resultado apresentado pela Rico. Em 2016, a Corretora obteve um resultado positivo de R\$2,4 milhões versus um resultado negativo de R\$13,3 milhões em 2015. • O reconhecimento por equivalência patrimonial de 50% dos resultados implicou uma contribuição positiva para os resultados consolidados do Banco de R\$1,2 milhão versus uma contribuição líquida negativa de R\$6,6 milhões em 2015. • Em 2016, a Rico obteve resultados líquidos positivos de R\$14,6 milhões (R\$6,6 milhões em 2015). **Em termos Consolidados:** • O resultado do Banco foi positivo em R\$10 milhões em 2016 versus um resultado negativo de R\$31 milhões em 2015. • O Patrimônio Líquido era de R\$336 milhões no final de 2016. O Índice de Basileia, calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos no Brasil é de 21,8% (16,5% em 2015). **Agradecimentos:** A Administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que em nós depositam confiança, ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

	Nota	2016	2015
ATIVO		1.471.760	1.232.635
Circulante		282.279	250.023
Disponibilidades	4	202.658	2.970
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	543.947	566.516
Aplicações em operações compromissadas		540.641	541.289
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.306	25.227
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		233.122	104.667
Carteira própria	6.b	139.488	100.175
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	4.182	-
Vinculados à prestação de garantias	6.b	45.967	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	43.485	4.492
Relações Interfinanceiras		328	166
Créditos vinculados		155	124
Relações com correspondente		173	42
Operações de Crédito		282.279	250.023
Operações de crédito		282.279	250.023
Setor privado	9.c	345.429	277.777
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.d	(6.150)	(913)
Outros Créditos		208.995	307.853
Créditos por avais e fianças honradas	9.a	19.681	23.581
Carteira de câmbio	10	147.822	200.606
Rendas a receber	12	2.711	2.328
Negociação e intermediação de valores		-	27.864
Diversos	11	50.032	66.311
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.d	(11.251)	(12.837)
Outros Valores e Bens		431	438
Despesas antecipadas		431	438
Realizável a Longo Prazo		650.597	863.476
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		478.939	455.434
Carteira própria	6.b	188.302	50.881
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	61.357	62.844
Vinculados à prestação de garantias	6.b	177.603	312.233
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	51.677	29.478
Operações de Crédito		145.108	379.568
Operações de crédito		145.108	379.568
Setor privado	9.c	146.765	385.760
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.d	(1.657)	(6.192)
Outros Créditos		26.352	28.139
Rendas a receber	12	-	1.285
Diversos	11	26.352	26.854
Outros Valores e Bens		198	335
Despesas antecipadas		198	335
Permanente		5.294	4.403
Investimentos		1.799	555
Participação em controlada	13	1.799	555
Outros investimentos		2	2
Provisão para perdas		(2)	(2)
Imobilizado de Uso		3.138	3.321
Outras imobilizações de uso	14	4.560	4.230
Depreciações acumuladas		(1.422)	(913)
Intangível		357	527
Outros ativos intangíveis	15	1.667	1.665
Amortizações acumuladas		(1.310)	(1.138)
Total do Ativo		2.127.651	2.100.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
PASSIVO		1.506.727	1.348.843
Circulante		1.506.727	1.348.843
Depósitos		464.876	432.983
Depósitos à vista	16.a	11.991	10.551
Depósitos interfinanceiros		71.651	169.195
Depósitos a prazo		381.234	253.237
Captações no Mercado Aberto		196.419	87.698
Carteira própria	16.b	68.913	67.637
Carteira terceiro		120.079	-
Carteira livre movimentação		7.427	20.061
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		160.439	160.942
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário	16.c	16.638	37.571
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		54.426	98.112
Obrigações por emissão de letras financeiras		105.195	61.651
Obrigações por emissão de letras financeiras		818	1.179
Relações Interdependências		1.326	404
Recursos em trânsito de terceiros		1.326	404
Obrigações por Empréstimos e Repasses		580.948	505.740
Repasses do país - Instituições oficiais	16.d	2.031	61.456
BNDES		1.684	60.928
Finame		347	528
Empréstimos no exterior	16.e	578.917	444.284
Instrumentos Financeiros Derivativos		18.465	20.926
Instrumentos financeiros derivativos	7	18.465	20.926
Outras Obrigações		84.081	123.505
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		67	576
Carteira de câmbio	10	47.862	90.530
Fiscais e previdenciárias	17.b	19.522	24.499
Negociação e intermediação de valores		7.486	19
Diversas	17.c	9.144	7.881
Exigível a Longo Prazo		283.908	436.994
Depósitos		81.509	66.012
Depósitos a prazo	16.a	81.509	66.012
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		18.465	20.926
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário	16.c	2.894	6.249
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		9.883	12.902
Obrigações por emissão de letras financeiras		5.688	1.675
Obrigações por Empréstimos e Repasses		155.206	252.691
Repasses do país - Instituições oficiais	16.d	9.591	25.107
BNDES		8.508	16.980
Finame		1.083	8.127
Empréstimos no exterior	16.e	145.615	227.584
Instrumentos Financeiros Derivativos		24.751	92.497
Instrumentos financeiros derivativos	7	24.751	92.497
Outras Obrigações		3.977	4.868
Sociais e estatutárias	17.a	171	171
Fiscais e previdenciárias	17.b	2.790	2.048
Diversas	17.c	1.016	2.649
Resultado de Exercícios Futuros		621	1.749
Rendas antecipadas		621	1.749
Patrimônio Líquido		336.395	312.928
Capital social	20.a	400.000	400.000
De domiciliados no exterior		400.000	400.000
Reservas de lucros		-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM		452	(12.894)
Prejuízos acumulados		(64.057)	(6.178)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.127.651	2.100.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; d) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; e) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; f) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; g) CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; h) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; i) CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; Em 2016, o Conselho Monetário Nacional emitiu as Resoluções nº 4.524, nº 4.534/2016 e nº 4.535/2016, que estabeleceram procedimentos adotados a partir de 1º de janeiro de 2017, de forma prospectiva, relativos aos efeitos previstos, respectivamente, no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e no CPC 27 - Ativo Imobilizado. Não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 16 de fevereiro de 2017.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pró-rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais. b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"): É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de impairment. c) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. d) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços. e) Títulos e valores mobiliários: De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício. (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM". (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente de seu vencimento, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001. f) Instrumentos financeiros derivativos: De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, swaps e opções são contabilizados seguindo os seguintes critérios: • Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido de comissão. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: i) "hedge" de risco de mercado; e ii) "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pró-rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada à compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da energiação são os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da energiação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. h) Operações em moeda estrangeira: As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício. i) Ativos e Passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo: Os Ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado. Os Ativos realizáveis e os Passivos exigíveis dentro de 12 meses são classificados, respectivamente, no ativo e passivo circulante. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como títulos para negociação são classificados no Curto Prazo, independente de seu vencimento. j) Permanente: Investimentos: A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados em custo de aquisição. • Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação

acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo as principais taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados, conforme circular Bacen nº 1.273/87. • Intangível: Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios: • Ativos e passivos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. l) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda até 31 de agosto de 2015. A partir do mês de setembro de 2015, conforme a Lei nº 13.169/15, a alíquota da contribuição social passou para 20% do lucro antes do imposto de renda para o período base compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. m) Estimativas contábeis: A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, sistemas e ativos e direitos intangíveis, bem como da apropriação das despesas de depreciação e amortização e o registro de créditos tributários e as análises de "impairment". A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Disponibilidades	202.658	2.970
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	540.641	541.289
Aplicações interfinanceira de liquidez (nota 5)	-	10.750
Total de caixa e equivalente de caixa	743.299	555.009

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016			2015		
--	------	--	--	------	--	--

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais)

	2015				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap - posição ativa	11.700	20.339	94.774	355.421	482.234
Swap - posição passiva	309.355	394.395	666.848	563.715	1.934.313
NDF - posição ativa	45.976	51.188	-	-	97.164
NDF - posição passiva	788.639	36.426	-	-	825.065
Opções - posição vendida	-	-	-	-	-
Futuros - posição comprada	-	1.325.155	440.831	35.405	1.801.391
Futuros - posição vendida	-	705.383	772.363	280.235	1.757.981
Total	1.155.670	2.532.886	1.974.816	1.234.776	6.898.148

c) Composição por indexador

	2016		2015	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor a receber	Valor a pagar
Operações de Swap	64.124	-	1.234.002	29.839
Posição dólar	619	-	10.216	-
Posição dólar VENDA	88	-	10.184	13
Posição IPCA	753	-	27.543	-
Posição LIBOR	9.096	-	64.850	848
Posição LIBOR 1	283	-	6.667	-
Posição LIBOR 2	13.546	-	150.000	-
Posição LIBOR 6M	1.427	-	39.554	-
Posição DOLAR VENDA x LIBOR	5.189	-	115.363	9.471
Posição DOLAR VENDA x LIBOR 1	6.390	-	151.950	12.808
Posição IPCA x CDI	11.444	-	49.840	1.229
Posição LIBOR x DOLAR VENDA	134	-	27.543	-
Posição LIBOR 1 x DOLAR VENDA	730	-	191.938	16
Posição LIBOR 2 x DOLAR VENDA	5	-	6.667	41
Posição PRÉ x CDI	13.933	-	375.338	152
Posição PRÉ x DOLAR VENDA	487	-	6.349	209
Posição passiva	-	(36.892)	1.129.265	-
Posição CDI x DOLAR VENDA	-	(11.180)	60.904	-
Posição CDI x IPCA	-	(922)	3.723	-
Posição CDI x LIBOR 1	-	(922)	3.723	-

d) Valor de referência por local de negociação:

	2016		2015	
	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total 2016	Total 2015
Operações de Swap	1.112.902	1.250.365	2.363.267	1.397.089
Operações de NDF	-	354.823	354.823	-
Opções - posição vendida	9.375	-	9.375	-
Futuros - posição comprada	1.382.715	-	1.382.715	1.801.391
Futuros - posição vendida	1.964.520	-	1.964.520	1.757.981
Total	4.469.517	1.605.188	6.074.705	4.956.461

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes. Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores. e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos: Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de Hedge de risco de mercado.

	Semestre de 2016			Exercício de 2016			Exercício de 2015		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
Swap	178.245	(151.714)	26.531	371.227	(298.081)	73.146	252.877	(349.356)	(96.479)
NDF	86.467	(84.014)	2.453	259.398	(166.540)	92.948	234.780	(410.103)	(175.323)
Opções	222	(84)	138	232	(84)	148	48	-	48
Contrato de futuros	548.099	(588.583)	(40.484)	1.247.811	(1.429.205)	(181.394)	2.050.466	(1.687.217)	363.249
Total	813.033	(824.395)	(11.362)	1.878.668	(1.893.825)	(15.152)	2.538.171	(2.446.676)	91.495

f) Valor e tipo de margem dados em garantia: O montante de margem depositado em garantia na BM&FBovespa e CBL das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

	2016		2015	
	Valores mobiliários - Carteira própria	Letras do Tesouro Nacional - LTN	221.291	312.231
Total	221.291	312.231	221.291	312.231

A rubrica "Inculcadas à prestação de garantias" é composta também por Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 2.279 em 2016 vinculadas a depósitos judiciais (nota 18.a), e) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge": Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as estruturas de "hedge de risco de mercado" são compostas por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$ 494.364 (R\$ 509.693 em 2015) e vencimentos que variam de janeiro de 2017 a outubro de 2018, e visam proteger o Banco das flutuações nas captações efetuadas em moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas. O valor de mercado das captações no exterior é de R\$441.119 (R\$ 444.529 em 2015) e está classificado como objeto de "hedge de risco de mercado". O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 777 (R\$ 2.941 em 2015). O valor de mercado das aplicações em operações compromissadas é de R\$ 25.603 (R\$ 56.713 em 2015) e está classificado como objeto de "hedge de risco de mercado". O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita é de R\$ 1 (R\$ 2 despesa em 2015). A efetividade das estruturas do "hedge de risco de mercado" é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge". A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente durante o período. As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades sejam as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção. I - Risco de Mercado: O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados. O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado. As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas: • Valor em Risco (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos; • Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da BM&FBovespa ou própria); • Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos: • Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 31 de dezembro de 2016, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$ 345 (R\$ 988 em 2015). II - Risco de Crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração. A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em padrões adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira. No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da

c) Composição da carteira por vencimento:

	2016				2015			
	Vencida	01 a 30	31 a 90	91 a 180	181 a 360	Acima 360	Total	Total
Capital de giro	60.389	34.775	44.433	49.482	142.466	137.173	468.718	575.511
Financiamento - BNDES	5.850	186	275	413	825	8.509	16.058	78.694
Financiamento - Fname	6.257	30	58	87	173	1.083	7.688	8.674
Títulos com característica de Concessão de crédito (nota 11)	-	-	14.839	-	-	-	14.839	14.839
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC (nota 10)	16.555	6.736	17.245	35.376	24.666	-	100.578	97.282
Créditos para Avais e Fianças Honorads	19.681	-	-	-	-	-	19.681	23.581
Total	108.732	56.566	62.011	85.358	168.130	146.765	627.562	798.591

d) Composição da carteira por nível de risco:

Nível	2016		2015	
	Faixa de provisão - %	Vencido	Curso normal	Provisão
AA	-	-	23.439	-
A	0,50%	-	131.087	655
B	1,00%	-	282.321	2.823
C	3,00%	18.389	81.983	3.012
F	50,00%	41.008	-	20.503
H	100,00%	49.335	-	49.335
Total	-	108.732	518.830	76.328

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	2016		2015	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Saldo no início do exercício	(51.511)	(46.123)	(16.881)	(16.881)
Provisão constituída	(26.546)	(31.934)	(71.612)	(71.612)
Reversão de provisão	1.729	1.729	-	-
Baixa perda	(76.328)	(76.328)	(46.123)	(46.123)
Saldo ao final do exercício	-	-	-	-

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados: No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto é de R\$ 14.839. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto era de R\$ 14.849. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, houve recuperações de créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$ 212. Não houve recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Ativo:				
Câmbio comprado a liquidar	108.180	113.673	108.180	113.673
Direitos sobre venda de câmbio	37.875	85.452	37.875	85.452
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9.a)	1.767	1.481	1.767	1.481
Total	147.822	200.606	147.822	200.606
Passivo:				
Câmbio vendido a liquidar	36.114	84.331	36.114	84.331
Obrigações por compras de câmbio	110.559	102.000	110.559	102.000
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 9.a)	(98.811)	(95.801)	(98.811)	(95.801)
Total	47.862	90.530	47.862	90.530

A carteira de câmbio, em 2016 e 2015, possui prazo de até 9 meses.

11. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Títulos de crédito a receber (nota 9.a)	14.839	14.849	14.839	14.849
Crédito tributário de IR e CSLL (nota 19.b)	56.523	73.717	56.523	73.717
Impostos e contribuições a compensar	1.227	2.017	1.227	2.017
Pagamentos a ressarir	17	40	17	40
Adiantamento e antecipações salariais	767	120	767	120
Depósitos judiciais	2.790	2.056	2.790	2.056
Valores a receber de Sociedades Ligadas (nota 21.b)	-	67	-	67
Outros	221	299	221	299
Total	76.384	93.165	76.384	93.165
Circulante	50.032	66.311	50.032	66.311
Realizável a longo prazo	26.352	26.854	26.352	26.854

12. RENDAS A RECEBER

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Comissões por garantias prestadas a receber	1.604	3.041	1.604	3.041
Serviços prestados a receber (a)	1.107	566	1.107	566
Outras rendas a receber	-	6	-	6
Total	2.711	3.613	2.711	3.613
Circulante	2.711	3.613	2.711	3.613
Realizável a longo prazo	-	1.285	-	1.285

a) Refere-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira.

	2016		2015	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber
CDI x LIBOR 2	-	-	-	-
DOLAR VENDA x CDI	(2.656)	115.451	(2.656)	115.451
LIBOR x DOLAR VENDA	(4.369)	115.363	(4.369)	115.363
LIBOR 1 x DOLAR VENDA	(4.277)	222.218	(4.277)	222.218
LIBOR 6 M x DOLAR VENDA	(637)	149.975	(637)	149.975
PRÉ x CDI	(12.851)	461.631	(12.851)	461.631
PRÉ x DOLAR VENDA	-	-	-	-
Total de operações de Swap	64.124	(36.892)	2.363.267	29.839
Operações de NDF	31.038	-	294.955	4.131
Posição dólar	29.978	-	291.743	4.131
Euro Venda	1.060	-	3.212	-
Posição passiva	(6.497)	59.868	(15.075)	825.065
Dólar Venda	(6.497)	59.868	(15.075)	825.065
Euro Venda	-	-	-	(8)
Total de operações de NDF	31.038	(6.497)	354.823	4.131
Operações Opções	-	-	-	-
Posição Dólar	-	-	9.375	-
Vendida	-	-	9.375	-
Total de operações de Opções	-	-	9.375	-
Operações de Futuros	-	-	-	-
Posição comprada	(12.587)	1.382.715	28.118	(2)
DDI	(10.381)	1.102.584	12.947	-
DOL	(2.163)	268.005	15.167	-
EUR	(43)	12.126	4	-
IND	-	-	(2)	-
Posição vendida	5.233	(109)	1.964.520	781
DDI	5.181	-	600.564	42
DI1	-	(109)	1.305.010	739
DOL	46	-	56.369	-
EUR	6	-	2.577	-
Total de operações de Futuros	5.233	(12.696)	3.342.235	28.899
Total	100.395	(56.085)	6.074.705	62.869

domiciliados no exterior no montante de R\$ 400.000. b) Dividendos: Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. c) Reservas de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração: O Conselho de Administração aprovou um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos diretores estatutários em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa. O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de gestão de riscos com a remuneração dos Administradores do BCG-Brasil; (ii) não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo BCG-Brasil; (iii) motivar os Administradores a promover e suportar o crescimento do negócio, bem como os demais interesses dos acionistas; (iv) direcionar os Administradores no que tange aos principais objetivos de curto e de longo prazos; e (v) estabelecer formas de pagamento da remuneração variável atreladas à performance futura e à perenidade do negócio. A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado; (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (v) o desempenho individual dos Administradores com base em metas definidas para cada administrador; (vi) o desempenho da unidade de negócios; e (vii) o desempenho do Banco como um todo. A remuneração variável será calculada: (a) 50% (cinquenta por cento) a ser paga em espécie, em até 60 (sessenta) dias após a apuração dos resultados do exercício pertinente; (b) 10% (dez por cento) a ser pago em espécie, em até um ano do exercício pertinente, devendo esse valor ser calculado com base na variação ocorrida no valor contábil do patrimônio líquido do BCG-Brasil nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, livre dos efeitos das transações realizadas com os proprietários, considerando os balanços publicados (os itens 'a' e 'b' serão considerados, em conjunto, "Remuneração Variável Direta"); (c) 40% (quarenta por cento) a ser pago em espécie, de forma diferida considerando que o Banco é empresa de capital fechado, não possui ações negociadas no mercado e não emite instrumentos baseados em ações ("Remuneração Variável Diferida"). O direito ao recebimento a cada uma das parcelas da Remuneração Variável Diferida fica sujeito ao risco de perda total ou parcial no caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo do Banco ou da unidade de negócios nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, observado, ainda, em caso de desligamento dos Administradores. No exercício findo em 31 de dezembro 2016, foi pago aos Administradores o montante de R\$ 4.953 (R\$ 2.676 em 2015), considerando salários, encargos e benefícios. b) Transações com partes relacionadas: As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal. As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Grau de relação	2016		2015	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	6.730	-	2.402	-
Outros créditos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	-	-	52	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	-	-	15	-
Investimento - participação em coligadas e controladas					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	1.799	1.244	555	(6.627)
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	-	(7)	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(6.845)	(138)	(6.180)	(772)
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(1.383)	(426)	(4.277)	(1.632)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos - New York (nota 16. e)	Ligada	(471.415)	(4.158)	(472.084)	-
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa (nota 16. e)	Controladora	(128.356)	(2.771)	(70.783)	(280)
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	(58.000)	(801)	-	-
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-
Outras obrigações diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(2)	-	(65)	-
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	-	268	-	1.436
Caixa Geral de Depósitos - Grand Cayman	Ligada	-	494	-	396
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	1.370	-	756


A Diretoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do Banco Caixa Geral Brasil S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caixa Geral Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando,

O Banco assinou, em 29 de dezembro de 2011, um contrato de linha de crédito de liquidez *standby* no montante de EUR 120.000 (nota 28.d) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, com vigência até dezembro de 2012. A referida linha de crédito de liquidez foi renovada em 16 de novembro de 2016 pelo período de um ano, vencendo em 27 de dezembro de 2017.

22. LIMITES OPERACIONAIS

Índice de Basileia e Limite de Imobilização: As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido - PRE. O PRE é calculado em conformidade com a Resolução CMN nº 3.490/07, o qual abrange os riscos de crédito, risco de mercado e risco operacional.

	2016	2015
a) Índice da Basileia:		
Risco de crédito - PEPR	122.711	172.644
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	12.652	18.542
Risco Operacional - POPR	17.917	17.917
Patrimônio de referência exigido - PRE	153.280	209.103
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	338.023	312.766
Índice da Basileia (*)	21,78%	16,45%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC. b) Limites de imobilização: As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2016 este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 1,59% (2,0% em 2015).

23. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, homologado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance do Grupo CGD; (b) Performance do Banco no Brasil; e (c) Performance individual através da avaliação de competências e cumprimento de metas. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração deliberou o reforço da provisão no montante R\$ 4.368. A referida provisão foi registrada como "Despesas de pessoal".

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro 2016 e de 2015, estão assim representadas:

	2016		2015	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Comissão de estruturação e assessoria em operações	3.063	5.962	5.426	
Rendas garantias prestadas	5.219	10.686	12.737	
Outras	413	1.152	1.641	
Total de receitas de prestação de serviços	8.695	17.800	19.804	

25. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro 2016 e de 2015 estão assim representadas:

	2016		2015	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Processamento de dados	3.847	7.581	7.019	
Aluguel	1.753	3.542	3.215	
Serviços técnicos especializados	1.008	1.787	2.378	
Depreciação e amortização	370	719	458	
Serviços do sistema financeiro	926	1.917	2.112	
Viagens	166	548	738	
Publicações	185	360	330	
Seguros	163	371	184	
Manutenção e conservação de bens	122	228	555	
Comunicação	259	593	584	
Vigilância e segurança	166	333	313	
Serviço de terceiros	189	813	452	
Transportes	53	134	148	
Água, energia e gás	75	155	213	
Comissões pagas	69	136	835	
Outras	725	1.614	1.315	
Total	10.076	20.831	20.849	


Controller: Lúcio Fábio Tavares Garcia - CRC 1SP223923/O-4
26. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro 2016 e de 2015 estão representadas por:

	2016		2015	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Despesas de contribuição ao COFINS	1.742	3.922	5.720	
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	174	356	353	
Despesas de contribuição ao PIS	283	637	930	
Outras	29	67	184	
Total de despesas tributárias	2.228	4.982	7.187	

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:

	2016		2015	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
a) Outras receitas operacionais:				
Recuperação de encargos e despesas	61	452	65	
Varição monetária ativa	168	313	554	
Rendas de títulos e créditos a receber	671	1.435	1.090	
Descontos obtidos	244	375	395	
Reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota 18.b)	-	-	56	
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	284	757	184	
Outros	3	97	217	
Total	1.431	3.429	2.561	

b) Outras despesas operacionais:

	2016		2015	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Processos fiscais (nota 18.b)	362	741	777	
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	-	-	695	
Multas e juros	1	8	152	
Outras despesas	28	202	194	
Total	391	951	1.818	
Outras receitas (despesas) operacionais	1.040	2.478	743	

28. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Em 2016 refere-se basicamente a prejuízo na alienação do ativo imobilizado R\$ 9 (R\$ 479 em 2015).

29. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) **Avais e fianças:** Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

Descrição	2016	2015
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota 17.c)	413.226	554.709

b) Benefícios a empregados: A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de contribuição é de R\$ 288 (R\$ 186 em 2015) e foi registrado como despesa de pessoal. c) Contratos de seguros: O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$ 8.200 (R\$ 13.824 em 2015). E o período de cobertura se estende até julho de 2017. d) Linha de crédito com a matriz: O Banco assinou em 29 de dezembro de 2011 com a Caixa Geral de Depósitos S.A., contrato de linha de crédito de liquidez no montante de EUR 120.000. Em 17 de novembro de 2016, o contrato foi renovado pelo prazo de um ano, podendo ser renovado anualmente.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
 Contador - CRC nº 1 SP 201506/O-5


CONTE COM O CONHECIMENTO E A SEGURANÇA DO MAIOR GRUPO FINANCEIRO PORTUGUÊS.

Banco Caixa Geral Brasil | Grupo Caixa Geral de Depósitos
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.285 - 3º andar | CEP 04538-133, São Paulo, SP | Brasil
 Tel.: + 55 11 3509-9300 / 3073-9300
 Ouvidoria - Tel.: 0800 940 3810

www.bcgbrazil.com.br